

Data e Local: 10 de setembro de 2021, às 09h30min, presencial e por Webconferência.

Presentes: Os Conselheiros nominados ao final desta ata e também os convidados adiante listados.

Ausentes: Os conselheiros ausentes não justificaram suas faltas.

Convidados: **Bruno E. N. Januzzi e Fabiana Szabluk** colaboradores do Posto Avançado de Imbituba da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); **Renato Carlos de Figueiredo**, Vereador da Câmara Municipal de Imbituba; **Pedro Kuzniecowa**, Vice-presidente da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC); **Luis Mario Novochadlo**, Ferrovia Tereza Cristina (FTC); **José João Tavares**, Diretor de Infraestrutura e Logística; **Aristeu Cavalca**, Gerente de Operações; **João Eduardo Muller**, Gerente de obras; **Leonel Neide Ferreira Júnior**, Gerente de SSMA; **Osmar Floriano Guimarães de Oliveira**, Gerente de T.I.; **Rui Roberti**, Gerente Comercial; **Cleydson dos Santos Silva**, Assessor de Diretoria; **Janaina de Souza Feversani**, Coordenadora Aduaneira; **Géssica da Silva**, Analista de Comunicação Social; **Paulo Roberto Cunha**, Técnico Portuário - Enfermagem; **Rogério De Matos R. Yamamura**, Técnico Portuário – Suporte T.I.; **Clayton Hugo Cipriano**, Técnico de Operação Logística; **Murilo da Silva de Medeiros**, Administrativo Portuário; **Ana Carolina Marques Nascimento e Vangunther Bohn Junior**, Estagiários, da SCPar Porto de Imbituba S.A.; **Eduarda Gonçalves Andrade e Julia Mendes Salvador**, Secretárias Executivas de Gabinete, Empresa Triângulo.

1. COMPARECIMENTO:

Constatado quorum, a **Sra. Rita de Cássia Vandanezi Munck**, presidente do CAP, cumprimentou os presentes e iniciou a reunião orientado que, devido ao formato deste encontro, com parte dos convidados e conselheiros participando presencial e outros via webconferência; é necessário que apenas uma pessoa se manifeste por vez.

2. POSSES:

Apenas, informou-se que através da portaria nº 951, de 12 de agosto de 2021 foi designada a Sra. Cristiane Yamamoto Dutra (suplente), representante do Poder Público, indicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Também foram apresentados a relação de mandatos próximos do vencimento para que as entidades agilizem as novas indicações.

3. APROVAÇÃO DA ATA RO 08/2021:

Em seguida, a **Presidente** propôs a aprovação das atas RO 08/2021. Dispensada a leitura, a ata foi aprovada sem objeção pelos conselheiros.

Adiante, a **Sra. Rita** comentou que tem recebido algumas solicitações de interessados em participar das reuniões do CAP como ouvintes. Após discussão, o Conselho acordou que serão mantidos como convidados permanentes apenas pessoas e instituições que não estejam representadas por meio dos conselheiros. Por exemplo, recentemente, foi enviado ofício para a Câmara de Vereadores do Município de Imbituba solicitando que um representante de tal órgão participe dos encontros deste Conselho.

Neste sentido, informou-se que haverá exceções de acordo com a pauta, sendo que as solicitações devem ser encaminhadas com 48 horas de antecedência da reunião e acompanhada de uma justificativa. Sendo assim, o Conselheiro Elivelton sugeriu disponibilizar no *site* com antecedência as convocações e pautas das reuniões. Por fim, a Presidente **Rita** reforçou que os conselheiros podem realizar a sugestão de assuntos relevantes para serem colocados em pauta nas próximas reuniões. Ato contínuo, passou a palavra para o Diretor Presidente tratar do IGAP.

4. ACOMPANHAMENTO DE ASSUNTOS TRATADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

4.1 IGAP;

Sobre o ranking do IGAP, o **Diretor Presidente Riera** informou que no dia 01/09 ocorreu em Brasília/DF a cerimônia do evento Portos + Brasil 2021, na qual aconteceu a premiação do Governo Federal para as melhores práticas adotadas pelos portos no país, sendo o Porto de Imbituba reconhecido e premiado nacionalmente em duas categorias: 3º lugar em Execução de investimentos planejados, e 3º lugar ranking geral do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias.

Tomando a palavra, **Conselheiro Elivelton** comentou que mesmo com o assunto da desestatização, a premiação é resultado do esforço coletivo de todos que trabalham no dia-a-dia para que a empresa tenha índices de excelência de nível nacional.

O **Sr. Lito** argumentou que o IGAP é um índice que possui uma perspectiva de governança extremamente interessante, na medida em que também fomenta a autonomia de ação do setor portuário a partir da delegação de competências.

Adiante, a **Sra. Rita** esclareceu que o IGAP possui duas finalidades para os Portos: uma comparação com todos os Portos referente a várias áreas: e, de acordo com o índice alcançado, a possibilidade de se pleitear para o Porto uma série de competências. O **Presidente Riera** expôs a possibilidade de apresentar mensalmente os resultados do IGAP nas reuniões do CAP.

Em relação ao IGAP - Competências o **Sr. Cleydson** comentou que o Porto de Imbituba solicitou a celebração de contrato com o MINFRA para receber a competência de licitar, gerir e fiscalizar contratos de arrendamento. A documentação encontra-se atualizada, pendente apenas os relatórios circunstanciados do TECON e TCG, como também do software de gestão de contratos.

O **Sr. Riera** compartilhou informações sobre a agenda em Brasília que contou com reunião com representantes do Ministério de Minas e Energia (MME), onde foi tratado sobre as possibilidades de utilização da área, que atualmente é de propriedade da Petrobras. Neste sentido, tratou-se também da necessidade de realizar levantamento topográfico bem como do passivo ambiental. Ambas ações devem ser analisadas se podem ser desenvolvidas com recursos do Porto.

Neste sentido, o **Sr. Renato Figueiredo** rememorou que, em 2010, foi aprovada uma lei que tratava sobre autorização para realizar um estudo do impacto ambiental da ICC.

Após o **Conselheiro Elivelton** sugerir verificar a matrícula desta área, com o intuito de identificar mais informações sobre o processo, o **Sr. Leonel** contextualizou sobre os dados já mapeados, uma vez que foi realizada uma análise para apuração da situação, e identificou-se que o IMA já havia registrado na escritura pública do imóvel uma condição de área contaminada em 2018. Depois disso, a Petrobras solicitou a autorização ambiental para recuperação da área. Sendo assim, existem tratativas administrativas em curso.

Adiante, após o questionamento da Sra. Rita quanto ao impacto de uma eventual

contaminação para o Porto, o **Diretor Presidente** comentou que o setor de SSMA realiza diversos monitoramentos ambientais no âmbito da Poligonal do Porto, no entanto, pode ser que alguns agentes externos interfiram nos resultados apurados internamente, em especial nos monitoramentos da qualidade da água.

Finalizadas as discussões, a Sra. Rita sugeriu incluir este tema como pauta das próximas reuniões do CAP. Sendo assim, a Presidente retomou a ordem do dia.

4.2 VACINAÇÃO COVID-19:

Quanto ao assunto vacinação do Covid-19, o **Sr. Paulo** informou que o relatório sobre a aplicação da 2ª dose da vacina será finalizado nos próximos dias, pois a campanha de vacinação para os portuários se encerrou no último sábado dia 04/09/2021 e ainda faltam compilar alguns dados.

Logo o **Sr. Leonel** apresentou em tela a planilha correspondente ao número de vacinados considerando a 1ª dose, onde: 1) SCPar Porto de Imbituba, do total de 103 colaboradores apenas um não tomou a primeira dose da vacina; 2) Agências Marítimas, todos do total de 47 tomaram a vacina; 3) Arrendatárias, de 424 apenas cinco não tomaram nenhuma dose; 4) Terceirizados de 14, dois não tomaram a vacina. Posteriormente, citou que um colaborador da SCPar teve reações muito fortes após a 1ª dose, tal pessoal vem sendo monitorado pela equipe médica da Policlínica e a recomendação foi no sentido de aplicar a 2ª dose de marca diferente da primeira aplicação.

Em seguida, o **Sr. Leonel** tratou brevemente da Portaria nº 69 da Companhia que regulamenta o retorno dos trabalhos presenciais a partir do dia 22/09. Por fim, reconheceu o trabalho do Setor de SSMA, que, ao longo do período da pandemia, tem realizado contato com todos os colaboradores através de ligação telefônica ou mensagem via *Whatsapp* com intuito realizar o acompanhamento para identificar se o mesmo possui sintomas ou teve contato com caso suspeito ou confirmado para COVID-19 nos últimos 14 dias.

4.3 COMISSÃO TRANSPORTE DE CARGAS:

Sobre o assunto da Comissão de Transporte de Cargas, a **Sra. Rita** rememorou que na última reunião do CAP, foram identificados alguns problemas relativos ao transporte de cargas, em especial as questões de segurança e produtividade, com isso deliberou-se a criação desta comissão interna no âmbito do Conselho de Autoridade Portuária, a qual reuniu-se recentemente para iniciar os trabalhos.

Tomando a palavra, o **Diretor Presidente** comentou que são membros da comissão os conselheiros Fernando, Gilberto e Rafael. Tendo a equipe interna do Porto se reunido pela manhã do dia 27 de agosto e a comissão em si no período da tarde do mesmo dia. Destes encontros, os seguintes aspectos foram pontuados: 1) Necessidade de mapeamento do macroprocesso (fluxograma) do fluxo de caminhões do Porto, identificando os gargalos existentes; 2) Necessidade de qualificação da iluminação nas balanças, facilitando a leitura das placas; 3) Necessidade de qualificação das condições das placas de alguns caminhões; 4) Necessidade de caracterização da frota de veículos utilizados no transporte curto; 5) Necessidade de realizar providências operacionais imediatas nas operações no funil; 6) Possibilidade de integração ao Programa do SEST SENAT; 7) Possibilidade de criação de um programa específico para o enfrentamento de demandas institucionais e jurídicas quanto ao objeto em pauta.

Após discussões, a **Presidente** sugerir propor uma meta e as atividades que devem ser atendidas até determinado prazo

4.4 CAIS 3:

Em relação ao “Cais 3” o **Sr. João Eduardo**, gerente do setor de obras, mencionou que ele foi construído entre os anos de 1979 e 1983, e contempla aproximadamente 40% da movimentação das cargas operadas pelo Porto. Tal estrutura compreende quatro trechos de cais separados por juntas de dilatação, sendo que a primeira é de 80m de comprimento e as demais de 55m, totalizando 345m, com largura de 14,4m. Sua retroárea conta com área de 10.400 m², construída em enrocamento de pedras.

Adiante, após apresentar em tela imagens, informou que o termo de referência está confeccionado e aguardando o Parecer Jurídico, para seguir para aprovação da Diretoria Executiva e análise do Conselho de Administração. Paralelamente a isto mencionou que está sendo contratada uma empresa especializada para realizar serviços de gerenciamento, supervisão, fiscalização e acompanhamento das obras de recuperação e reforço estrutural do cais 3 bem como as demais obras complementares. Em seguida, relatou que a licitação para contratação da obra está prevista para aprovação no CONSAD do mês de outubro. Segundo o edital, a previsão limite ou seja o prazo máximo é de 30 meses, onde de acordo com o cronograma de planejamento terá início no mês de janeiro/2022, 5 meses de projeto executivo e 28 meses de execução.

Ato contínuo, o **Conselheiro James** reforçou a necessidade do projeto ser aprovado pela Marinha, e sugeriu uma agenda na Capitania dos Portos de Laguna com o engenheiro responsável pela obra, para tratar sobre o assunto.

4.5 PLANO CONTINGENTE: DENTE DO BERÇO 1, SIMULAÇÃO DE MANOBRA, ESTUDO DE ACOSTAGEM DO DORSO DO BERÇO 2

Sobre este assunto da pauta o **Sr. João Eduardo** informou que se aguarda o parecer jurídico para a contratação de empresa especializada para realização de Levantamentos Hidrográficos, Geotécnicos e elaboração de projeto básico. Em seguida discorreu sobre o cronograma simplificado das obras apresentado em tela.

O **Sr. James** e a **Presidente** alertaram sobre a necessidade de buscar informações sobre licenciamento ambiental visando agilizar o processo de viabilização da obra, uma vez que historicamente os processos de derrocagem são mais complexos.

Em seguida, o **Gerente de Obras** apresentou as contingências que serão realizadas sendo: 1) Ampliação do CAIS 1/Reforço/Dolfin; 2) Ampliação do Cais 2/Dolfin; 3) Utilização do Costado do Cais 2. Posteriormente o **Diretor Presidente** informou que no dia 08/09 ocorreu o pregão eletrônico para a realização de estudo e pesquisa sobre a manobrabilidade e acessos náuticos no Porto de Imbituba. A princípio, uma empresa foi vencedora do certame, tendo sido analisada a parte técnica, o próximo é fase recursal.

Tomando a palavra, o **Sr. James** indagou sobre o cronograma dos ensaios, e destacou que estes devem ser compartilhados com a equipe da Marinha, a praticagem e os rebocadores, ou seja, com todos que fazem parte das manobras. Tal informação será disponibilizada pelo Porto assim que possível.

Por fim, o **Sr. João** apresentou em tela o cronograma geral das contingências, como também imagens dos cais com as possíveis novas disposições dos navios.

4.6 TRATATIVAS SOBRE DUPLICAÇÃO DO ACESSO NORTE, PROJETO DE INTERVENÇÃO VIÁRIA E PORTARIA 4:

Adiante, quanto ao acesso norte o **Sr. Riera** informou que no dia 03/09 ocorreu na cidade de Laguna a assinatura da ordem de serviço, posteriormente mencionou que será realizado contato com a empresa Iguatemi para agendar uma reunião envolvendo a Autoridade Portuária bem como a Prefeitura Municipal.

A **Presidente do CAP** mencionou que, em momento oportuno a empresa será convidada a participar da reunião do CAP para apresentar o seu plano de trabalho.

Após, discutiram sobre a entrada que há no trevo da Cancha que dá acesso ao Porto, onde possivelmente poderia ser uma nova Portaria, tal definição será no futuro a partir das discussões sobre a duplicação do acesso Norte.

4.7 PLANO DIRETOR DA CIDADE

Quanto à atualização do Plano Diretor da Cidade, o **Conselheiro Eduardo** informou que está sendo analisada a possibilidade da contratação direta através da dispensa de licitação da empresa FAEPESUL (Fundação de Apoio à Educação Pesquisa e Extensão da Unisul) para dar continuidade aos trabalhos.

A **Sra. Rita** comentou que embora o Plano Diretor tenha alguma interface com a obra de Acesso Norte, na prática são coisas distintas que podem ser conduzidas paralelamente. Ou seja, as discussões sobre a duplicação do Acesso Norte podem ser iniciadas antes da retomada dos trabalhos de revisão do Plano Diretor.

4.8 BR 285:

Sobre a BR 285, o **Conselheiro Antônio** relatou que, recentemente, ocorreu uma votação na Assembleia Legislativa, a qual tratou sobre o aporte de recurso por parte do Governo do Estado no valor de R\$ 15 milhões para a retomada das obras da BR 285. A intenção é buscar os outros R\$ 15 milhões faltantes a partir de emendas dos deputados.

Quanto à retomada das obras, o primeiro passo após a liberação deste recurso diz respeito à contratação da equipe da mão de obra que havia sido dispensada.

Adiante, o **Conselheiro Daniel** citou que depois das obras será possível o incremento de cargas com mais facilidade de diferentes localidades do Estado, podendo assim dobrar a capacidade de recepção de graneis agrícolas.

Por fim, o **Sr. Antonio** comentou da intenção de realizar uma visita, assim que a empreiteira assumir as obras do trecho gaúcho, para discutir as possibilidades de tráfego de caminhões grandes em um dos trechos.

4.9 TGL:

Sobre o TGL, o **Sr. Rui** apresentou em tela os dados do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) sobretudo das características deste Arrendamento Simplificado o qual terá prazo de 10 anos. Além disso, discorreu sobre demais estimativas, que estão previstas na minuta do edital capitaneado pela ANTAQ: investimento total; receita bruta global máxima; movimentação global máxima; valor de remuneração mensal fixo; e capacidades estática e dinâmica. Adiante, o **gerente comercial** mencionou que a previsão do leilão foi atualizada

para ocorrer até o mês de novembro de 2021 e destacou que o arrendamento do TGL (IMB05) foi autorizado pelo Acórdão 1901/2021 expedido pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Por fim, expressou sua felicidade em participar deste projeto que inicia um novo ciclo de arrendamentos.

4.10 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA ÁREA A6.1

Posteriormente o **Sr. Rui** comentou que no dia 07/09 foi aberto oficialmente o processo seletivo simplificado para arrendamento transitório da Área A6.1 do Porto de Imbituba (PIMB 2199/2021), sendo esta destinada ao terminal de granéis minerais, visando a movimentação e armazenamento de minério de ferro. Este modelo de arrendamento terá prazo de 180 dias renováveis por igual período, até que seja realizado e finalizado o arrendamento de longo prazo.

4.11 CHAMAMENTO PÚBLICO DE EVTEA:

De modo breve, o **Gerente Comercial** relatou que visando o crescimento do Porto de Imbituba será realizado o chamamento público de EVTEAs. A partir do PDZ foram identificadas 8 áreas mais o costado do berço 2 (sugerido que doravante fosse chamado de berço 5). A dinâmica deste processo será baseada nas normas de regência e no caso concreto em dois documentos particulares: o edital, que está pronto, e o termo de referência, que se encontra em processo de validação.

4.12 STATUS DOS TRABALHOS RELACIONADOS AO SISTEMA ADUANEIRO:

Inicialmente, o **Sr. Osmar** mencionou que grande parte das ações relacionadas ao sistema aduaneiro já foram finalizadas. Atualmente trabalha-se realizando testes na integração de balanças rodoviárias. Na semana seguinte, pretende-se iniciar os treinamentos com todos os usuários que utilizaram o sistema, para posteriormente começar de fato a utilizá-lo. Durante este período, a equipe de T.I permanecerá acompanhando as operações para corrigir eventuais erros encontrados.

5. ASSUNTOS GERAIS

5.1. PIMB 2504/2021 - Criação das Regras de Ouro da Segurança

Tomando a palavra, o **Diretor Presidente** mencionou que a Resolução nº 68 de, 09 de Setembro de 2021 - DIREX/SSMA, a qual dispõe sobre as Regras de Ouro da Segurança do Porto de Imbituba visando a saúde e segurança do trabalhador, a saber: 1) Cultura de prevenção; 2) Posicionamento seguro; 3) Operação de equipamentos; 4) Atenção para os Equipamentos de Proteção Individuais; 5) Apresentação pessoal no trabalho; 6) Caminhe, não corra; 7) Segurança a bordo de embarcações; 8) Permissão de Trabalho ; 9) Direção segura; e 10) Procedimento de Emergência.

5.2 3ª entrada da Portaria 2

Após questionado pelo Sr. Bruno sobre a adequação do plano de segurança o **Diretor Presidente** informou que o termo de referência está em elaboração, como também o estudo da análise de risco.

6. ENCERRAMENTO:

Esta folha pertence à ata da 9ª reunião ordinária do CAP de 2021 realizada no dia 10 de setembro.

Não havendo mais manifestações, a **Presidente Rita de Cássia Vandanezi Munck** encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. A secretária do CAP do Porto de Imbituba, por sua vez, redigiu a presente ata de modo a submetê-la à aprovação dos conselheiros na próxima Reunião Ordinária.

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Rita de Cássia Vandanezi Munck	Titular
Sônia Pires Inácio	Titular
Denise Fernandes da Silveira	Suplente
James Batista	Titular
Fabio dos Santos Riera	Titular
Joel Alves	Suplente
Eduardo dos Passos Nunes	Suplente

REPRESENTANTES DA CLASSE EMPRESARIAL

Claudio Marcos Correa da Rosa	Suplente
Daniel Luís Alves	Suplente
Jair Dias Santana	Titular
Antonio Carlos Bandeira Guimarães	Titular
Rafael Luiz Pereira	Suplente

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES

Elivelton Luiz Dore	Suplente
Jetter Martins Nascimento	Titular 2

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Marlei Goldmeyer	Secretária
------------------	------------